



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

DOMINGOS MULA CÁ JÚNIOR

***INTERCULTURALIDADE E INTEGRAÇÃO: OS PROBLEMAS
ENFRENTADOS PELOS ESTUDANTES INTERNACIONAIS DA UNILAB***

**Redenção
2016**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

DOMINGOS MULA CÁ JÚNIOR

***INTERCULTURALIDADE E INTEGRAÇÃO: OS PROBLEMAS
ENFRENTADOS PELOS ESTUDANTES INTERNACIONAIS DA UNILAB***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Orientador: Ramon Souza Capelle de Andrade

**Redenção
2016**

DOMINGOS MULA CÁ JÚNIOR

***INTERCULTURALIDADE E INTEGRAÇÃO: OS PROBLEMAS
ENFRENTADOS PELOS ESTUDANTES INTERNACIONAIS DA UNILAB***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ramon Souza Capelle de Andrade
UNILAB

Prof. Dr. Luís Carlos Silva de Souza
UNILAB

Prof. Dr. Carlos Subuhana
UNILAB

**Redenção
2016**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecária: Silvana Maria Araujo Lima – CRB-3 / 960

C111i Cá Júnior, Domingos Mula

Interculturalidade e integração: os problemas enfrentados pelos estudantes internacionais da UNILAB / Domingos Mula Cá Júnior. Redenção, 2016.

36 f.; 30 cm.

Monografia do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Souza Capelle de Andrade.
Inclui Referências.

1. Cultura Afro-brasileira 2. Multiculturalismo 3. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB I. Título.

CDD 306

AGRADECIMENTOS

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Campus Redenção/CE, pela oportunidade dada a mim em prol do meu desenvolvimento educacional superior.

Ao meu orientador Prof. Dr. Ramon Souza Capelle de Andrade, por ter acreditado no potencial e importância do meu trabalho e por ter me orientado nesse tema.

A banca examinadora pelo tempo e dedicação nesse trabalho, para que o melhor seja produzido.

A todos os meus Professores que me repassaram seus conhecimentos e os servidores do Campus que me ajudaram.

A minha Mãe Alda Malu por ter me criado, sempre acreditando que eu iria chegar longe. Apesar da distância, mas sempre me manteve no caminho da prosperidade em um futuro acadêmico.

Ao meu Pai Domingos Mula Cá por todo seu esforço em me dar uma boa educação.

Aos meus Ancestrais, que sempre guiaram a minha caminhada nessa luta, e sempre acreditando na nossa tradição Africana.

A minha Irma Solange Mula Cá, pela amizade, por me acompanhar diariamente, apesar da distância na UNILAB e por me apoiar nos meus caminhos.

A minha namorada Matilde Câmara, pela paciência, carinho, companheirismo, amizade e compreensão nos momentos difíceis, por ter acreditado em mim e por me ajudar em assuntos burocráticos do TCC.

Aos meus amigos companheiros da luta, Dingana Amona, Filipe de Sá, Abdel, Nasser, nessa caminhada pelo apoio emocional e pelos momentos de descontração.

Aos meus colegas da casa, Sarif Fernandes Balde e Flif Infaga, por mais de dois anos de companheirismo e amizade.

A meu amigo Danilo, Bate, Samora, Evandro, Valdir, Sergio, pela amizade, momentos de descontração e por me apoiar em minhas decisões.

Aos meus amigos, que considero como irmãos, na pessoa de Aerton e TAMILTON TEIXEIRA, pelas dúvidas tiradas e indicações de livros, que contribuíram com esse trabalho, além do apoio emocional.

A todos, enfim, reitero o meu apreço e a minha eterna gratidão.

“O que amamos é o nosso lar. É claro que podemos deixar esse lar com os nossos pés, mas nunca com os nossos corações ”.
Oliver Wendell Holmes

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar os principais problemas enfrentados pelos estudantes estrangeiros da UNILAB, universidade essa que nasceu orientada pelos princípios de interculturalidade e cooperação internacional solidária. Indicamos, também, a maneira pela qual a existência da moradia estudantil (ainda em construção na UNILAB) poderia solucionar parte dos problemas dos estudantes estrangeiros.

Palavras-Chave: Interculturalidade, Cooperação Solidária e Estudantes Estrangeiros.

ABSTRACT

This work aims at analyzing the main problems faced by foreign students from UNILAB, university that was born guided by the principles of interculturalism and south-south international cooperation. We indicate also the manner in which the existence of student housing (still under construction in UNILAB) could solve part of the problems faced by foreign students.

Key-words: Interculturalism, south-south international cooperation and foreign students.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	.09
I INTERCULTURALIDADE.....	12
II SURGIMENTO DA UNILAB.....	21
III MORADIA ESTUDANTIL.....	28
IV PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS ESTUDANTES ESTRANGEIROS DA UNILAB E COMO A MORADIA ESTUDANTIL PODERIA CONTRIBUIR PARA SOLUCIONAR ESSAS DIFICULDADES.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
ANEXO (ENTREVISTA).....	35
REFERÊNCIAS.....	36

Introdução

O percurso adotado por esse trabalho de conclusão de curso (cujo objetivo constitui *apontar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes estrangeiros da UNILAB e indicar como uma universidade residencial resolveria parte desses problemas*) pode ser assim resumido: em primeiro lugar, abordamos a temática da interculturalidade, caracterizando-a, de modo parcial e provisório, como um movimento de interação, comunicação, aprendizagem e cooperação entre culturas em condições de respeito, legitimidade, e igualdade (ou, em outras palavras, a interculturalidade envolve e pressupõe uma interação entre culturas que se desdobra *sem qualquer forma de preconceito (étnico, de gênero, linguístico e/ou comportamental), sem qualquer pressuposição de superioridade racial e sem exibir qualquer modalidade de exclusão social*. A interculturalidade constitui, nesse sentido, pilar de sustentação da UNILAB, universidade que nasce com o objetivo de promover o desenvolvimento do Maciço de Baturité (no interior do Ceará) e a cooperação solidária, no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão, entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Sendo assim, as Diretrizes Gerais da UNILAB, como apontamos em segundo lugar (ou na segunda seção do TCC), indicam, ideal ou normativamente, a necessidade de um profundo respeito e valorização da diferença expressas pelas múltiplas matrizes culturais presentes na UNILAB. Mas, como argumentaremos, os estudantes, sobretudo os estudantes estrangeiros (foco principal desse TCC), têm, nesses quase cinco anos de efetivo funcionamento da UNILAB, enfrentado problemas que impedem que uma verdadeira integração intercultural seja de fato alcançada pela UNILAB. Argumentaremos, também, que uma efetiva entrada em cena da moradia estudantil (tal como caracterizada na terceira seção desse TCC) resolveria, em grande parte, problemas fundamentais, que, justamente, e como afirmamos, constituem obstáculos para que a instituição alcance seu propósito.

Nesse sentido, na quarta seção desse TCC, abordamos, com base na *entrevista* (respondida por seis estudantes estrangeiros, dois de cada país parceiro, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, que livremente aceitaram participar dessa pesquisa, concordaram com os termos e tiveram suas identidades preservadas) e na *observação participante*, os principais problemas enfrentados pelos estudantes estrangeiros da UNILAB. Indicamos, também, como a moradia estudantil poderia, em grande medida, constituir solução para esses problemas.

Do ponto de vista metodológico, esse trabalho possui uma parte teórica e ensaística, baseada na análise de bibliografia sobre interculturalidade, além das Diretrizes Gerais da

UNILAB. Constitui, além disso, um estudo de caso, já que a investigação está voltada para a realidade dos estudantes estrangeiros da UNILAB. É, assim, também, uma pesquisa de natureza qualitativa, baseada em entrevista com estudantes e na observação participante (o que significa afirmar que o pesquisador/observador *participa* da realidade social do seu próprio objeto de investigação, mas, com uso da razão e argumentação lógica, faz com que essa proximidade não contamine, e sim favoreça à investigação e produção de conhecimento).

I) INTERCULTURALIDADE

A interculturalidade constitui propriedade de um espaço social no âmbito do qual há uma verdadeira multiplicidade de agentes e modos de vida em interação e coexistência. Nesse sentido, a interação (étnica, linguística e/ou comportamental) entre os diversos agentes e modos de vida, reunidos em um espaço social em benefício de um propósito comum [no caso da UNILAB, construção de conhecimento relevante à luz de uma perspectiva humanista e solidária], deve se desdobrar em termos de um absoluto respeito pelo diferente ou diverso ou, em outras palavras, (i) *sem qualquer forma de preconceito (étnico, de gênero, linguístico e/ou comportamental)*, (ii) *sem qualquer pressuposição de superioridade racial* e (iii) *sem exibir qualquer modalidade de exclusão social*. Pensando bem, a interculturalidade, assim concebida, aparece muito mais como um *ideal normativo*, algo a ser alcançado e instanciado nos mais diversos espaços sociais, e não apenas como *propriedade de alguns* (os interculturais) *espaços sociais*. Seja como for, se o mundo é diverso e/ou plural [*seja em termos étnicos, seja em termos de gênero, seja em termos linguísticos, seja em termos de valores e/ou em termos comportamentais*], e considerando que as pessoas das mais distintas culturas estão hoje cada vez mais reunidas como consequência da tecnologia e globalização dos espaços, a interculturalidade, como ideal normativo, valor a ser instanciado nos mais diversos espaços, é algo a ser cada vez mais buscado por nós.

Mas a conexão crescente entre pessoas de distintas culturas, favorecidas pela globalização, não pode constituir predomínio da cultura dominante. Povos (associações/grupo de pessoas) começam a se mobilizar para romper com a pressuposição de uma cultura (ocidental e “ocidentalizante”) clamando pela interculturalidade. É o que transparece na seguinte passagem do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):

O que é novo, hoje, é a ascensão de políticas de identidades. Em contextos muito diferentes, e de modos muito diversos – desde os povos indígenas da América Latina às minorias religiosas na Ásia do Sul e as minorias étnicas nos Bálcãs e em África, até os imigrantes da Europa Ocidental – as pessoas estão se mobilizando de novo em torno de velhas injustiças segundo linhas étnicas, religiosas, raciais e culturais, exigindo que a sua identidade seja reconhecida, apreciada e aceita pela sociedade mais ampla. Sofrendo discriminação e marginalização em relação a oportunidades sociais, econômicas e políticas, também exigem justiça social (PNUD, 2004, p. 01).

A questão da interculturalidade passa, então, pelo reconhecimento e respeito pelas diferentes identidades, sejam elas sociais e/ou culturais, apontando para o reconhecimento da igualdade de direitos nas diferenças, como expressão de uma justiça social. De acordo com Candau (2008, p. 48), “essa globalização [*que deseja promover a igualdade das distintas*

identidades e culturas em um espaço mais amplo] surge dos grupos locais, das organizações da sociedade civil, dos temas que nascem verdadeiramente das inquietudes dos diferentes atores sociais”. Nas palavras da autora, e mais especificamente:

São as lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos de uma cidadania plena, os movimentos sociais, especialmente os relacionados às questões étnicas e, entre eles, de modo particularmente significativo, os relacionados às identidades negras, que constituem o *locus* de produção do multiculturalismo (CANDAU, 2008, P. 49).

Porque, contudo, a interculturalidade [a multiculturalidade em movimento] constitui um valor a ser buscado pela humanidade em sentido o mais amplo possível? As palavras de Candau (2008, p. 49) bem respondem isso: as culturas são incompletas e, por essa razão, é necessária uma interação entre as diversas culturas e identidades, visando uma organização social global mais justa e integradora. Mas, sabemos, infelizmente, que, em espaços sociais reais, vemos esses ideais normativos próprios da interculturalidade [*ausência de preconceito, ausência de pressuposição de superioridade racial, ausência de exclusão e/ou justiça social*] sendo constantemente descumpridos ou desrespeitados. Seja como for, para o bem de todos, e para o bem da sociedade que se deseja intercultural, se há conflito, devemos tentar, em primeiro lugar, resolver tal conflito por meio do diálogo, de modo pacífico e respeitoso, quando isso se faz possível [em outras palavras, o diálogo real, sincero e respeitoso, seria, por assim dizer, a “*forma*” que moldaria os contornos da interculturalidade].

Casos há, contudo, em que, além do diálogo, o espaço intercultural teve seus limites demarcados por intermédio da resistência. Isso porque, como sabemos, “[...] *as relações culturais não são relações idílicas, não são relações românticas, estão construídas na história e, portanto, estão atravessadas por questões de poder, por relações fortemente hierarquizadas, marcadas pelo preconceito e pela discriminação de determinados grupos*” (CANDAU, 2008, p. 51). Nessa mesma linha, DU BOIS (1999), narra a trajetória de conquistas/resistência dos negros americanos, que, em maior ou menor grau, superaram, na sociedade, o absurdo do *apartheid*, em direção à construção de um espaço intercultural, em que, por exemplo, negros e brancos estudam juntos na mesma sala de aula, partilhando experiências. Considerando o acima exposto, adotamos a seguinte caracterização, parcial e provisória, de interculturalidade (caracterização essa oferecida por Catherine Walsh:

[A interculturalidade constitui] um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturais diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sócias, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. Uma tarefa social e política que interpela o conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações

sociais concretas e conscientes e tenta criar modo de responsabilidade e solidariedade. Uma meta a alcançar (WALSH, 2001, p. 10-11 *apud* CANDAU, 2008, p. 52).

Em outras palavras, a interculturalidade pressupõe interação entre culturas, de modo sempre respeitoso com as diferenças, observando a igualdade e o valor intrínseco às mais diversas identidades e/ou grupos sociais/culturais. Sabemos, contudo, que as primeiras impressões/percepções advindas do contato com povos que possuem uma cultura diferente, hábitos distintos, uma língua diferente, de difícil compreensão (como por exemplo é o caso com o crioulo, quando ouvido por estudantes nacionais/brasileiros da UNILAB), são “duras”, “não-harmônicas”. Isso porque o significado expresso pelo comportamento ou ação linguística não se faz totalmente presente e, nesse sentido, tudo o que outro faz (*o outro concebido como aquele de cultura diferente*) ou conversa pode ser motivo de ‘pulgas nas orelhas’, desconfiança, o que, por sua vez, pode gerar a exclusão ou conflito: “*será que eles estão falando mal de nós ou algo assim*”? Isso indica que o compartilhamento de uma linguagem comum é condição fundamental para construção de um espaço verdadeiramente intercultural, o que, no caso da UNILAB, é alcançado pelo Português como linguagem. Mas isso não significa que, os múltiplos agentes, de diferentes culturas, reunidos em um espaço intercultural, devam, necessariamente, abandonar sua língua nativa, como o crioulo, por exemplo, falado também, novamente por exemplo, pelos estudantes internacionais guineenses da UNILAB.

Quer dizer, além de uma linguagem comum, um espaço intercultural demanda também um apreço/respeito (e/ou “compreensão básica”) pela linguagem falada pelos distintos povos (das distintas culturas) que constituem esse mesmo espaço. Na UNILAB, isso poderia ser alcançado, por exemplo, à luz de cursos destinados ao ensino, por exemplo, de crioulo e tétum entre estudantes e professores nesta instituição, de integração internacional, reunidos. Também, a moradia estudantil, que reuniria, no dia-a-dia, em um espaço de convivência contínua, estudantes das mais diversas culturas, poderia, de modo muito mais eficiente do que tem realmente acontecido, promover essa integração cultural verdadeira, com aprendizado linguístico e compartilhamento e integração de hábitos de vida provenientes das mais diversas formas de vida (ou cultura) na UNILAB reunidas.

As primeiras impressões/percepções/contatos entre estudantes nacionais (brasileiros do Maciço do Baturité, no Ceará) e estudantes internacionais (provenientes de Guiné Bissau, Moçambique, Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) não foram sutis, harmônicos e/ou totalmente respeitosos. Qual seria, assim, uma explicação para isso? Talvez esse primeiro contato/impressão não tenha sido, desde o início, harmônico e/ou totalmente

respeitoso em virtude de Redenção-CE estar localizada no interior do Ceará. Mas não se trata de qualquer interior. Foi o interior onde deu-se o primórdio da libertação dos escravizados no Brasil. Ou seja, os negros, provenientes da África, já estiveram presente nesse solo, mas, vale lembrar, em uma condição diferente, de escravizados. Digamos que as primeiras impressões/percepções/contatos entre estudantes nacionais e estudantes internacionais não foram sutis, harmônicos e/ou totalmente respeitosos em virtude de os estudantes/moradores do Maciço não terem tido contato há muito tempo com os africanos/timorenses provenientes de outro continente, mas essa hipótese é algo que refutaremos. Isso porque, embora sem contato com negros africanos, há afrodescendentes aqui, o que indica que, qualquer modalidade de desarmonia e/ou desrespeito com o negro, que para o Maciço veio estudar, expressa mesmo algum tipo de preconceito. É comum, por exemplo, ouvir coisas do tipo, em relação aos estudantes internacionais: “*estudantes africanos só andam em grupo*”; “*eles falam alto*”; “*eles falam uma língua [“crioulo”] que ninguém entende*”; “*você pode falar em africano para eu ver como é*” e assim por diante. Esses exemplos, vivenciados no Maciço, expressam um preconceito explícito, por parte da comunidade, sobretudo de Redenção e Acarape, em direção aos estudantes internacionais da UNILAB. Quer isso dizer que a comunidade ainda não conseguiu abandonar sua própria perspectiva cultural e olhar para o outro de modo respeitoso e inclusivo (capaz de incluir a existência de outras culturas em seu espaço de vida). Essa não inclusão verdadeira, que aqui mencionamos, é bem tematizada por Appiah na passagem que se segue:

A maioria das pessoas de hoje sabe como é difícil avaliar a vida e as pretensões de outras culturas e tradições sem cair presa dos preconceitos decorrentes das perspectivas das nossas [próprias culturas]. Quando deixamos de avaliar os outros com imparcialidade, torna-se muito improvável receber deles tratamento imparcial (APPIAH, 1997, p. 22).

Ou seja, estar aberto a novos modos de vida, novos hábitos e culturas, constitui expressão de uma imparcialidade saudável ao estabelecimento de um espaço intercultural. Em outras palavras, devemos, na interação com o outro, para o bem de um espaço intercultural estável e duradouro, cultivar os princípios básicos de uma boa convivência, o respeito ao próximo, o respeito a sua cor de pele, seu modo de ser e cultura.

Há atitudes desejáveis para uma interculturalidade que possa de fato promover uma integração mais sólida, um olhar de imparcialidade em relação às outras culturas, um olhar mais maleável e dinâmico, um olhar inclusivo. Um exemplo seria aproveitar *possibilidades comunicativas, mesmo que básicas*, como um singelo “*oi*” e/ou “*como vai você?*” que, muitas vezes, deixamos passar (isso porque, cada vez que interagimos através desse diálogo mais

básico e coerente, mais longe do preconceito vamos estar, porque reconhecemos, até mesmo com um breve “oi”, a humanidade do outro; por outro lado, a cada encontro, a cada olhar sem um “oi”, isso nos distancia do sentido de humanidade presente no outro.

Como consequência do exposto acima, podemos dizer que, no âmbito de um espaço intercultural, o mais importante é o respeito e a igualdade ao outro, ou seja, devemos conhecer ou identificar onde começa o meu direito (e o respeito pela diferença expressa por minha cultura) e onde esse meu direito termina, bem como onde o direito do outro começa (e o respeito pela diferença expressa pela cultura do outro) e onde esse direito termina. Ao desrespeitar os valores de uma sociedade ou cultura, estaremos atuando contra os princípios que regem um espaço intercultural, sobretudo a integração, uma vez que não há integração sem respeito pela diferença. O nazismo, por exemplo, tentou justamente eliminar, do âmbito da sociedade alemã, as diferenças embutidas na matriz cultural judaica, inferiorizando outras raças e não respeitando direitos inerentes às pessoas (como seres humanos), e tudo isso em prol de uma suposta (e esquizofrênica) superioridade racial ou hegemonia cultural dos arianos.

É comum encontrar pessoas que erroneamente confundem a África (o continente africano, com toda sua diversidade cultural) com um “país” ou “unidade cultural/social”. Aqui, no Maciço do Baturité, sobretudo na comunidade externa à UNILAB, isso (*confundir África com país ou algo assim*) acontece com frequência. O que, por sua vez, constitui uma forma de generalização dos múltiplos hábitos e diferenças culturais presentes nas mais diversas raças, etnias e culturas africanas; como se a África fosse “uma coisa só”, sem diversidade. Mas esse não é o caso e, além disso, pensar a África como uma “coisa só” constitui fator desencadeante de choques culturais entre africanos (das mais diversas culturas aqui reunidas) e Brasileiros. Isso porque, ao pensar a África como “uma coisa só”, estaremos negando a diversidade e, sobretudo, estaremos abrindo o caminho para o preconceito embutido nesse discurso geral ou generalizante. Segundo Appiah (1997), o povo africano não constitui apenas um grupo de pessoas, mas expressa, antes, uma riquíssima diversidade. Por isso, se a pessoa *P* da nacionalidade africana *N* comete o que pode ser considerado um erro (intencional ou não-intencional), não podemos simplesmente responsabilizar toda África, como se a África fosse constituída por um povo só, com os mesmos valores, costumes, etnias e nacionalidade (pensar assim é incorrer em preconceito). Nas palavras de Appiah:

Se chamarmos de ‘povo’ qualquer grupo de seres humanos de ascendência comum que vivam juntos em algum tipo de associação, por mais frouxamente que essa se estruture, poderemos dizer que toda a cultura humana, ciente de outros povos, parece

ter tido opiniões sobre o que respondia pelas diferenças de costumes, aparências e linguagem entre eles (APPIAH, 1997, p. 30).

Ou seja, é como se, na concepção de Appiah, as diferenças entre os povos, ou entre as mais diversas culturas, possuíssem um caráter “epitelial”, ou, em outras palavras, as diferenças seriam tão diretamente aparentes e perceptíveis como a pele, e isso mesmo que as pessoas não venham a possuir critérios objetivos para estabelecer uma comparação entre diversas matrizes culturais e dizer objetivamente, por exemplo, porque e em que grau ou medida a cultura *X* se aproxima e/ou difere da cultura *Y*. As culturas são, como sabemos, diferentes entre si (*formadas por distintos hábitos e valores*) e isso implica que, no caso, por exemplo, da pessoa *P*, que migra da sua cultura original *C*, para habitar um espaço intercultural *E*, devemos esperar que *P* manifeste comportamentos que podem destoar do comportamento de outras pessoas, proveniente de outras culturas, reunidas no espaço intercultural *E*. Caso isso aconteça, estaremos diante de um choque cultural. Mas como reagir, na condição de cidadão intercultural, a um choque cultural? É preciso, antes de tudo, tratar a pessoa *P* com respeito e atribuir valor à diferença, porque é justamente isso o que caracteriza, como vimos, a interculturalidade. É preciso, em outras palavras, conter a emoção e exibir uma reação que preserve o valor intrínseco aos costumes de uma outra cultura. Mas se *P* exibe um comportamento que reconhecidamente é considerado inadequado mesmo em um espaço intercultural, tal comportamento de *P*, como já mencionamos acima, não pode ser generalizado como um traço ou valor cultural exibido por todos os integrantes de sua (de *P*) nacionalidade ou cultura.

Não podemos simplesmente dizer, esse comportamento inadequado (“*furar a fila do RU*”, por exemplo) “é coisa de *Africanos*” ou “é coisa de *Brasileiros*”. Não é assim. Porque, além dos valores culturais, cada pessoa é educada de modo diferente, por diferentes famílias e sob a influência de diferentes contextos sociais (a educação constitui a base da expressão comportamental de uma pessoa). As virtudes e/ou valores que nos regem (e isso é também individual, pessoal, e não apenas cultural) definem o nosso comportamento em sociedade. São elas que nos ajudam a manter boas relações com as diferentes pessoas das mais diversas culturas. Ou seja, nossos valores e/ou virtudes guiam a forma pela qual interagimos com o outro, esse outro que possui, por sua vez, diferentes virtudes e/ou valores, dependendo de sua cultura e educação pessoal. Por isso, numa sociedade intercultural devemos buscar o entendimento honesto do modo de ser e da cultura do outro, em vez de crucificá-lo com o preconceito ou, ainda pior que isso, tentar afastá-lo dos seus valores e do seu meio de convivência ou vivência cultural. Essa habilidade ou disposição para compreender o outro, quando integralmente aproveitada com generosidade, pode transformar o preconceito em algo

de outra natureza, a saber, o respeito pela diferença e diversidade pressuposta por um espaço intercultural saudável.

A investigação e/ou vivência dos hábitos, valores e modo de ser das mais diversas culturas constitui uma forma de promoção da interculturalidade e, por essa razão, seria importante fomentar, na UNILAB, a mobilidade acadêmica entre estudantes, professores e servidores técnico-administrativos em educação. É preciso, em outras palavras, que os diversos atores da UNILAB possuam conhecimento e/ou vivência nos países parceiros. Essa participação e interação com outras culturas favorece o florescimento da interculturalidade; uma forma de levar adiante a sua cultura (compartilhar um pouco da sua cultura com o outro) e receber em troca uma dose da cultura do outro. Um meio social cada vez mais globalizado, em que a cada dia pessoas das mais diversas culturas estão em interação, requer que os valores que sustentam a interculturalidade (como o respeito pelas diferenças) sejam adotados e desenvolvidos pelas pessoas. Isso também é expresso por Dalcim na passagem que se segue:

Num mundo que é cada vez mais globalizado, a problemática da interculturalidade tem vindo a ser cada vez mais investigada em vários países. Face a evolução e a diversificação cultural dos sistemas educativos, e em todos os aspectos da sociedade global, que se vai tornando mais complexa, torna-se indispensável que os cidadãos detenham um conjunto de competências pessoais e sócio-interculturais cada vez mais diversificado (DALCIM, 2011, p.12).

A globalização, como fenômeno que integra, pressupõe, também, novas formas de encarar a cultura das outras pessoas, quer dizer, conceber a cultura do outro sem manifestar preconceito e sem pressupor qualquer modalidade de superioridade racial. Com a modernização e os avanços tecnológicos, a diversidade (*aquilo que diferencia uma cultura da outra*) é posta à prova, constituindo uma imperdível oportunidade para que possamos respeitar a cultura do outro, principalmente numa instituição de ensino superior, devotada à cooperação e integração internacional, como é o caso da UNILAB.

A inclusão (*a aceitação e integração do outro em uma matriz ou espaço intercultural diverso*) constitui um dos pilares para uma interculturalização do mundo atual. Ela ocorre quando passamos de *um meio social disperso* (em que cada nacionalidade, cada raça, cada cultura existe apenas por si e em seu meio) *para um meio social integrado* (que acomoda as diversas culturas e faz emergir a integração como interculturalidade). Idealmente, isso deveria acontecer ou constituir o propósito mais elevado da UNILAB, como espaço educacional no âmbito do qual as mais diversas culturas de expressão lusófonas se harmonizariam compondo um todo intercultural. Mas, como as coisas estão hoje na UNILAB, é como se as diversas

culturas aqui reunidas criassem nichos de interação, protegendo seus valores e hábitos, sem, contudo, realizar uma integração verdadeira. É claro que há, por assim dizer, uma “integração mínima”, expressa, por exemplo, pelo compartilhamento, entre as diversas pessoas, de um espaço como a mesa no Restaurante Universitário, quando passamos nos corredores e dizemos “oi” com aquele sorriso, a realização de um trabalho em grupo em espaço acadêmico e assim por diante. Mas isso é pouco para caracterizar algo como integração em um espaço intercultural. Integração e interculturalidade pressupõem mais que isso. É preciso haver, na interação, o surgimento de algo novo, de hábitos interculturais como expressão de uma cidadania multicultural. Como as coisas estão, é como se, na UNILAB, a interculturalidade e integração fossem uma espécie de “fachada”, como uma empresa laranja. Parece haver aqui, em outras palavras, muita mais uma interação e sobreposição de diversas culturas e muito menos uma integração verdadeira, fruto do florescimento de hábitos e visões de mundo provenientes, como resultado emergente, das mais diversas culturas aqui reunidas. É como se, ainda em outras palavras, tivéssemos aqui diversos subsistemas [diversas nacionalidades e culturas] coexistindo em interação, mas essa interação e coexistência não formaria, por sua vez, um sistema mais geral como expressão da mistura das diversas nacionalidades e culturas aqui presentes, como expressão de um respeito pelo outro em sua individualidade e cultura, como expressão de um entendimento do outro em sua particularidade cultural e integrante de um espaço plural. É o que transparece na seguinte passagem de Dalcim:

O termo interculturalidade [...] significa transpor as barreiras da própria cultura e ver o “outro” de forma equivalente, reconhecendo a sua cultura como diferente e não como inferior ou superior, despojando-se de toda uma carga de preconceitos e questionando os estereótipos de sua cultura (DALCIM, 2011, p.13).

Essa equivalência em relação ao outro [a uma cultura distinta da nossa própria cultura], acima defendida por Dalcim, foi também referendada e sugerida pela UNESCO, em 1978, na *Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura*. Lá claro ficou, como ideal a ser buscado pela diversas nações e pessoas, que todas as culturas, qualquer que seja a sua composição ou sua origem étnica, contribuem “para o progresso das civilizações” e para um mundo mais tolerante e plural, como expressão da humanidade em seu sentido mais amplo e profundo. Na próxima seção, abordamos o início da formação da UNILAB, com especial ênfase nas *Diretrizes Gerais*. Apontamos, parcialmente, em que medida essas Diretrizes não estariam sendo totalmente respeitadas na UNILAB, o que, por sua vez, constitui um obstáculo para que a UNILAB alcance seu propósito de promoção de uma cooperação e integração internacional solidária, um espaço verdadeiramente intercultural, que

produz conhecimento relevante aproveitando o potencial de colaboração de discentes e docentes provenientes das mais diversas partes do Brasil e dos países parceiros. Em outras palavras, o que nos interessa mais, nesse sentido (sentido de obstáculo para que a UNILAB alcance seus propósitos), é justamente a moradia estudantil, até hoje não finalizada, cuja finalização, contudo, seria essencial para promover (é o que argumentamos) a interculturalidade e a cooperação solidária no âmbito da UNILAB.

II) O SURGIMENTO DA UNILAB

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) surgiu baseada nos princípios de uma cooperação amigável e solidária entre os países da África, como Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Angola, Moçambique, São-Tomé e Príncipe, incluindo também o Timor Leste (que, apesar de estar situado na Ásia, faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)). Por cooperação solidária entendemos uma cooperação para produção do conhecimento (e tecnologias aplicadas à resolução de problemas sociais) de natureza dialógica, que valoriza e absorva as contribuições de múltiplos parceiros em rede, de modo respeitoso e igual, sem um centro controlador, ou detentor de um conhecimento e metodologia de trabalho (ou de investigação científica) inquestionável e absolutamente verdadeiro (*a cooperação solidária, no âmbito da produção do conhecimento, seria algo como a interculturalidade, no âmbito do compartilhamento dos espaços e vivências sociais; a cooperação solidária valoriza o potencial de colaboração advindo dos diversos modos de vida e a interculturalidade exige respeito pelas diferenças*). Essa modalidade de cooperação, caracterizada como SUL-SUL, se opõe à cooperação NORTE-SUL, que tem o norte, representado pelos países tidos como mais econômica e cientificamente desenvolvidos, como centro do poder e detentor de um conhecimento científico e tecnológico universal. Em outras palavras, e de acordo com as “Diretrizes Gerais”, podemos dizer que a UNILAB surgiu para atender:

[...] à política do governo brasileiro de incentivar a criação de instituições federais capazes de promover a cooperação Sul-Sul com responsabilidade científica, cultural, social e ambiental. Atuando na perspectiva da **cooperação solidária**, ela valorizará e apoiará o potencial de colaboração e aprendizagem entre países, como parte do crescente esforço brasileiro em assumir compromissos com a integração internacional no campo da educação superior (DIRETRIZES GERAIS DA UNILAB, p. 04)

A UNILAB pretende manter essa cooperação (além do âmbito da produção compartilhada de conhecimento em áreas relevantes) em termos da formação e oferta de educação superior de qualidade aos jovens que, por sua vez, e ao voltarem para os países parceiros, do continente africano e Timor Leste, irão contribuir para o desenvolvimento educacional, científico e cultural desses mesmos países, multiplicando conhecimento e educação e produzindo algo novo (novo conhecimento e aplicações técnicas), emergente. Juntamente com a cooperação internacional, a UNILAB tem, também, como princípio, a oferta de educação superior de qualidade ao interior do nordeste Brasileiro, uma educação avançada e multicultural (como respeito às diferenças e diversas matrizes culturais unificadas pela lusofonia), englobando estudantes, técnico-administrativos, docentes e colaboradores e parceiros internacionais. É o que podemos evidenciar da leitura do seguinte fragmento das *Diretrizes Gerais da UNILAB*:

Atenta ao fato de que o Nordeste brasileiro necessita forte apoio para superar problemas históricos de desenvolvimento, a universidade pretende favorecer a região que, apesar de ocupar 18% do território e contar com 28% da população do país (52 milhões de pessoas), produz apenas 13% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (DIRETRIZES GERAIS da UNILAB, p.22).

Podemos, desse modo, perceber que a UNILAB possui, por assim dizer, uma natureza dupla. É, por um lado, uma universidade devotada à democratização do acesso ao ensino superior público de qualidade, ao se localizar no interior do Nordeste Brasileiro (o que contribui, portanto, para interiorização da educação). Por outro lado, a Universidade está devotada também à internacionalização, recebendo estudantes e professores dos países membros da CPLP. Essa natureza dupla (conferida pela interiorização e internacionalização) faz da UNILAB um grande espaço experimental para a educação e produção de conhecimento compartilhado (um espaço solidário, concebido para agregar diferentes perspectivas sociais e culturais).

Em uma das conferências magnas e visitas, o Presidente LUIZ INACIO LULA DA SILVA ressaltou que não há nada mais importante do que poder transformar um país em desenvolvimento por intermédio da educação. Como reflexo dessa afirmação, o então Presidente Lula sancionou, em 20 de julho de 2010, a Lei de Criação da UNILAB. Os artigos I e II dessa lei, expressam, mais claramente, o seguinte:

Art. 1º fica criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Redenção, Estado do Ceará.

Art. 2º A UNILAB terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

§ 1º A UNILAB caracterizará sua atuação pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos, pela composição de corpo docente e discente provenientes do Brasil e de outros países, bem como pelo estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP.

Em outubro de 2008, foi criada uma comissão de implantação da UNILAB, com o aval da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU-MEC). Tal Comissão iniciou uma análise e identificação dos principais problemas técnicos e de formação educacional enfrentados pelos países parceiros da CPLP e também pelo Maciço de Baturité, nordeste brasileiro onde está localizada a UNILAB. Tal identificação de problemas comuns entre interior do Ceará (Maciço do Baturité) e África serviu, por assim dizer, como ponto de partida para a organização acadêmica e

curricular, orçamento e estrutura física para abrigar a então nascente UNILAB. As grandes áreas de interesse comum entre Brasil e África (identificadas e escolhidas pela Comissão de Implantação) foram as seguintes: Agricultura, Energia e Tecnologias de Desenvolvimento Sustentável, Formação Docente, Gestão Pública e Saúde Coletiva (e, posteriormente, após a implantação, foi criado, também, o Instituto de Humanidades e Letras). Nas Diretrizes Gerais da UNILAB, lemos, ainda, que:

Nessa linha a Comissão de Implantação da UNILAB realizou, ao longo dos últimos meses, levantamento sobre temas e problemas comuns ao Brasil e aos países parceiros, sobretudo os africanos, com base em estudos elaborados por consultores, em viagens de trabalho e, ainda, em apresentações e debates sobre a UNILAB no Brasil e no exterior. Além disso, foram analisadas propostas e diretrizes elaboradas por entidades vinculadas ao desenvolvimento da educação superior no mundo - em especial, nos países africanos (Diretrizes Gerais da UNILAB, p.14).

Em 20 de julho de 2010, como vimos, o ex-presidente da república LUIZ INACIO LULA DA SILVA decretou e divulgou a UNILAB como uma universidade pública e federal, através da Lei 12.289, dando um passo gigante, sobretudo em termos educacionais, no âmbito da relação do Brasil com o continente africano. O presidente da Comissão de Implantação da UNILAB, o Professor Paulo Speller, foi, então, nomeado *reitor pro tempore* (e, portanto, primeiro reitor) da UNILAB. Em entrevista concedida ao programa semanal *Café com o Presidente*, afirmou LULA que o Brasil passou muito tempo recebendo apoio e ajuda dos parceiros internacionais, mas que agora, com o desenvolvimento do país, estaria na hora do Brasil fazer alguma coisa equivalente com os países parceiros em vias de desenvolvimento (e menos desenvolvidos do que o Brasil). Esse importante passo implicaria, na visão do então Presidente, não apenas uma integração com a África, mas, também, apontaria o Brasil como potência mundial em termos econômicos, políticos e principalmente educacionais. Nesse sentido, a UNILAB foi, então, instalada em uma pequena cidade histórica do Ceará (Redenção), que fica a 55 km da capital Fortaleza, uma das primeiras cidades a abolir, no Brasil, a escravização em 1883. Mais explicitamente, em razão de Redenção ter sido a primeira cidade do Brasil a abolir a escravidão, e pela dívida histórica do Brasil com os africanos e afrodescendentes aqui escravizados (que contribuíram enormemente para a formação da identidade nacional brasileira e desenvolvimento do Brasil), Redenção foi escolhida como cidade sede da UNILAB. Nas Diretrizes Gerais da UNILAB, encontramos, nesse sentido, o seguinte:

No entanto, a instalação da UNILAB na cidade de Redenção, no Ceará, marco nacional por seu pioneirismo na libertação de escravos, não representa apenas o atendimento das metas do REUNI em seu objetivo de promover o desenvolvimento de regiões ainda carentes de instituições de educação superior no país - como é o caso do Maciço do Baturité, onde será instalada. Ela aponta também para um encontro da nacionalidade brasileira com sua história, à medida que terá por foco tornar-se um centro de pesquisa e formação de jovens brasileiros

em interação com estudantes de países onde também se fala a língua portuguesa. (DIRETRIZES GERAIS DA UNILAB, p.5).

Assim é que, com sede em Redenção, a UNILAB inicia suas atividades educacionais em setembro de 2012. Mas a escolha de Redenção para sede, a despeito de seu pioneirismo na libertação dos afrodescendentes aqui escravizados, não parece ter sido tão simples e pacífica assim. A Bahia, estado que congrega a maior população brasileira de afrodescendentes, desejava e/ou merecia também fazer parte da UNILAB (o que parece ter sido motivo de conversas e disputas políticas em Brasília). Para resolver isso, a UNILAB foi ao encontro da Bahia e de sua população e, em 2013, foi inaugurado, em São Francisco do Conde, cidade do Recôncavo Baiano, o Campus dos Malês.

Em decorrência de sua natureza dupla, interior do Brasil e internacional, voltada para África e Ásia, a UNILAB realiza duas modalidades distintas de processos seletivos para seus cursos de graduação: processo seletivo nacional (para estudantes brasileiros) e processo seletivo internacional (para estudantes estrangeiros). No que diz respeito aos estudantes brasileiros, a forma de acesso é dada pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC) (a seleção é feita pelo Sistema via nota obtida pelo candidato no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)). Já no que diz respeito aos estudantes estrangeiros, lemos, na página da PROGRAD-UNILAB, que:

A UNILAB recebe estudantes estrangeiros dos países lusófonos com os quais mantém parceria: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Os candidatos estrangeiros interessados em estudar na universidade devem ficar atentos aos editais que regulamentam o processo seletivo. As inscrições dos interessados são feitas através do preenchimento de formulário específico e entrega da documentação exigida nas Embaixadas do Brasil nos países parceiros. Os candidatos que tiverem as inscrições deferidas são submetidos a um processo de seleção que inclui prova de redação e análise do histórico escolar do Ensino Médio (secundário). A seleção de estudantes estrangeiros é realizada pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), com apoio institucional da Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE), da Pró-reitoria de Relações Institucionais (PROINST), da Pró-reitoria de Extensão, Arte e Cultura (PROEX) e da Reitoria da UNILAB.

Em 2011, a UNILAB lança o primeiro edital, em conformidade com a sua Lei de Criação 12.289, de processo seletivo de estudantes estrangeiros, para os cursos de graduação, com vagas destinadas a candidatos provenientes de seus países parceiros, como Angola, Cabo-verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste. Após quatro anos de efetivo funcionamento, há hoje, nos cursos de graduação, modalidade presencial, e de acordo com a Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DRCA), dois mil seiscentos e sessenta e seis estudantes regularmente matriculados, mas, a maioria desses estudantes (mil novecentos e quarenta e nove) são brasileiros. Nas Diretrizes Gerais da UNILAB, contudo, há uma orientação determinando que cinquenta por cento (50%) dos estudantes sejam provenientes dos países parceiros da CPLP e outros

cinquenta por cento (50%) das vagas sejam ocupadas por estudantes brasileiros selecionados por intermédio do ENEM. É o que transparece na seguinte passagem das Diretrizes Gerais da UNILAB:

A fim de concretizar sua proposta, metade dos estudantes será composta por jovens residentes no Brasil; a outra metade será selecionada por meio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente africanos, e da Região de Macau (Diretrizes Gerais da UNILAB, p. 10).

Podemos evidenciar, com base nas informações disponibilizadas pela DRCA, que não há hoje, na UNILAB, após quase quatro anos de efetivo início dos cursos de graduação, uma igualdade numérica entre estudantes provenientes dos países parceiros (internacionais) e estudantes brasileiros (nacionais). Como há mais estudante brasileiro do que estrangeiro, podemos, assim, concluir que as Diretrizes Gerais da UNILAB não estão sendo totalmente contempladas ou respeitadas nesse sentido; o que, por sua vez, indica que, para que a UNILAB contemple suas diretrizes (e, por conseguinte, para que a UNILAB seja um espaço intercultural e solidário), essa desigualdade numérica precisa ser corrigida (ou seja, precisamos de mais estudantes estrangeiros para que a UNILAB possa integralmente alcançar seus propósitos como instituição de formação em âmbito de cooperação internacional solidária entre os países da CPLP). Mais explicitamente, o número total de estudantes estrangeiros é hoje, em março de 2016, na UNILAB, setecentos e dezessete (717), distribuídos nos cursos de graduação, e por nacionalidade, como apresentamos a seguir: ANGOLA: 51; CABO-VERDE: 77; GUINE-BISSAU: 438; MOÇAMBIQUE: 20; SÃO-TOME: 62 e TIMOR-LESTE: 69 (Fonte: Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) – outubro de 2015). Os números acima indicam que os estudantes provenientes da Guiné-Bissau constituem a ampla maioria entre os estudantes estrangeiros. Apesar de esse não ser o foco do trabalho, esse fato (ampla maioria de estudantes guineenses entre os estudantes estrangeiros na UNILAB) requer um pouco de atenção. Como hipótese explicativa, podemos mencionar a ampla circulação, em redes sociais como *Facebook* e *WhatsApp*, pelos estudantes guineenses aqui (na UNILAB) residentes, de informação sobre a UNILAB e sobre o Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros; o que, claramente, favorece a vinda e interesse crescente dos estudantes guineenses para a UNILAB.

Outro possível fator a ser mencionado é a existência, já enraizada no Brasil, de uma ampla rede de estudantes guineense que vieram para as universidades brasileiras por intermédio do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) (Fonte: Ministério da Educação - <http://portal.mec.gov.br/pec-g>; acesso em 03/04/2016) oferece formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento (entre eles,

estudantes guineenses) com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Tal programa foi implementado pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em colaboração com universidades públicas (federais e estaduais) e, também, universidades privadas. De acordo com o Ministério da Educação, o PEC-G seleciona estudantes estrangeiros, entre 18 e preferencialmente até 23 anos, com ensino médio completo, para completar a formação superior, ensino de graduação, no Brasil. Já o PEC-PG constitui:

[...] parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) por intermédio da Divisão de Temas Educacionais (DCE) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). [O objetivo do PEC-PG é] [...] a concessão de bolsas de doutorado pleno, em IES brasileiras, a professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior dos países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia, visando o aumento de qualificação necessária para que o estudante possa contribuir para o desenvolvimento de seu país (CAPES, <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/pec-pg>, acesso em 03/04/2016).

Além dos estudantes guineenses na própria UNILAB, o PEC-G e o PEC-PG, podemos mencionar, também, como parte da hipótese explicativa para a grande maioria de estudantes guineenses entre os estudantes estrangeiros da UNILAB, os fatores políticos, econômicos e educacionais da Guiné-Bissau, que contribuem para que os jovens procurem complementar a formação no Brasil. Já no que diz respeito aos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UNILAB, a saber, Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Mestrado Interdisciplinar em Humanidades e Mestrado em Enfermagem, não há, até o momento, estudante estrangeiro regularmente matriculado. Uma vez mais, podemos, com base no acima exposto, afirmar que, no que diz respeito à paridade entre estudantes nacionais e internacionais, as Diretrizes Gerais da UNILAB não estão sendo observadas (e isso deve ser, para bem do propósito institucional da UNILAB, corrigido).

Vale mencionar, ainda, que, nas Diretrizes Gerais da UNILAB, há a observação de que o número de professores e pesquisadores estrangeiros poderá chegar a até 50 %, em relação ao total de professores/pesquisadores nacionais, o que, por sua vez, não há dúvida, favorecerá, em muito, a construção de um espaço acadêmico e vivencial multicultural e diverso. Mais explicitamente, nas Diretrizes Gerais da UNILAB (p.11), lemos que os [...] “docentes e pesquisadores serão contratados seguindo a mesma lógica de parceria, podendo até metade de seu corpo docente (regular, visitante e bolsistas) ser de origem estrangeira, perfazendo a proposta de integração acadêmica e cooperação solidária”. Também, e para garantir a

integração e diversidade, a Lei de Criação da UNILAB faz referência ao quadro-docente, assim se manifestando:

I - o quadro de professores da Unilab será formado mediante seleção aberta aos diversos países envolvidos, e o processo seletivo versará sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre todos os candidatos, de forma a estimular a diversidade do corpo docente;

II - a Unilab poderá contratar professores visitantes com reconhecida produção acadêmica afeita à temática da integração com os países membros da CPLP, especialmente os países africanos, observadas as disposições da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

III - os processos de seleção de docentes serão conduzidos por Banca com composição internacional, representativa dos países membros da CPLP;

Acontece que, como pode ser verificado à luz da observação dos concursos públicos para docente do Magistério Superior dos diversos Institutos da UNILAB, os temas neles (concursos) contidos não refletem a realidade histórica e epistemológica dos países da CPLP, assim como a Banca de Seleção Docente não é, necessariamente, e na grande maioria dos casos, internacional. Por essa razão, o número de professores nacionais é, na UNILAB, muito maior do que o número de professores internacionais (ainda que as Diretrizes Gerais da UNILAB apontem para, explícita o implicitamente, um equilíbrio entre professores nacionais e internacionais). Há, em janeiro de 2016, um total de duzentos e dez docentes (210) na UNILAB. Desse total, duzentos e três (203) são professores efetivos, três (03) são professores visitantes e quatro (04) são professores substitutos. Ainda, desse total, cento e noventa e três (193) são professores brasileiros (provenientes dos mais diversos estados do Brasil) e apenas dezessete (17) são estrangeiros, assim distribuídos por nacionalidade: Alemanha (01); Angola (01); Cabo-Verde (03); Congo (01); Costa Rica (01); Cuba (01); Guiné-Bissau (04); Itália (01); Moçambique (02); Peru (01) e Portugal (01). (Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Pessoal (DDP) - dados de janeiro de 2016).

Sendo assim, e até agora, podemos identificar que a UNILAB está se desenvolvendo afastada, por assim dizer, de suas Diretrizes Gerais em, ao menos, dois aspectos, a saber, não há ainda equilíbrio entre número de estudantes nacionais e internacionais, bem como o número de professores internacionais é muito menor que o número de professores brasileiros. Mas há ainda outro aspecto que merece nossa atenção e que constitui foco central deste trabalho de conclusão de curso: a moradia estudantil. Esse será o tema da próxima seção.

III) A MORADIA ESTUDANTIL

Nas Diretrizes Gerais da UNILAB está previsto a construção da moradia estudantil, além de espaços que promovam a cooperação, vivência e integração entre estudantes, servidores técnico-administrativos em educação, professores e comunidade externa (o entorno da UNILAB). Contudo, até o momento, após quase quatro anos de efetivo funcionamento dos cursos, os espaços de lazer e integração são limitados [a saber, a academia, recém-inaugurada, e a ágora [pátio cultural], ambos no *Campus* da Liberdade]. Além disso, e o que é mais preocupante, a moradia estudantil ainda não foi entregue aos estudantes. Como iremos defender, a ausência da moradia impede uma verdadeira integração/cooperação e desenvolvimento de uma cidadania intercultural entre os estudantes, causando problemas graves que serão objeto de investigação e análise ao longo deste trabalho. Tal como aparece nas Diretrizes Gerais, as instalações físicas da UNILAB:

[...] responderão às demandas de uma universidade residencial e o projeto físico do *campus*, em fase adiantada de elaboração, está sendo realizado pela Universidade Federal do Ceará. Ele prevê, em um ambiente acolhedor e propício à vida e aos estudos na universidade, não só edificações para salas de aula, mas também biblioteca, laboratórios, restaurante universitário, além de prédios para moradia de estudantes e de docentes (Diretrizes Gerais da UNILAB, p.49).

As Diretrizes Gerais da UNILAB aparecem em julho de 2010. Há menção, como vemos no fragmento acima, a uma universidade residencial, em fase adiantada de construção ou edificação, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Ceará (UFC). Acontece que, em abril de 2016, a Moradia Estudantil parece estar ainda longe de seu acabamento final. Podemos observar isso à luz da seguinte foto panorâmica, atual e disponibilizada pela Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) da UNILAB.



Como podemos observar acima, ainda falta muito para que a Moradia seja concluída. A Moradia Estudantil, ainda em fase de construção, está localizada no *Campus* das Auras, entre os limites dos municípios de Redenção e Acarape, em terreno doado pelo Governo do Estado. O Campus das Auras constituirá Sede Administrativa e Oficial da UNILAB. A seguir, exibimos mapa (maquete eletrônica) do Campus das Auras da UNILAB:



O campus das Auras constituirá, assim, uma Unidade Acadêmica composta por salas de aula, laboratórios, gabinetes de professor, salas de coordenação de cursos, secretarias, residências, restaurante universitário, bem como bloco administrativo contando com a Sede da Reitoria e um teatro. Hoje, com bloco acadêmico e com a parte administrativa inauguradas e em funcionamento, estão ainda em fase de construção os quatro blocos da Moradia Estudantil ou residência universitária, como também o restaurante universitário. Nossa hipótese é que a moradia estudantil (a ausência da moradia) constitui um grande obstáculo para que a UNILAB alcance o propósito de constituir uma universidade verdadeiramente multicultural, capaz de integrar, oferecer formação e produzir conhecimento à luz de uma perspectiva de colaboração solidária. Em outras palavras, os estudantes enfrentam (mas o nosso foco será em especial os estudantes estrangeiros) problemas e dificuldades, quer sejam acadêmicas, quer sejam da vida cotidiana, na UNILAB e, como argumentaremos, muitos desses problemas e dificuldades (que impedem que a interculturalidade se instaure efetivamente na UNILAB) poderiam ser resolvidos com a existência e funcionamento da moradia estudantil ou residência universitária.

IV) PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS ESTUDANTES ESTRANGEIROS DA UNILAB E COMO A MORADIA ESTUDANTIL PODERIA CONTRIBUIR PARA SOLUCIONAR ESSAS DIFICULDADES

Nesta seção, começamos a explicitar, com base na *entrevista* (respondida por seis estudantes estrangeiros, dois de cada país parceiro, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, que livremente aceitaram participar dessa pesquisa, concordaram com os termos e tiveram suas identidades preservadas) e na *observação participante*, os principais problemas enfrentados pelos estudantes estrangeiros da UNILAB. Começamos por indicar que todos os estudantes apontam para uma espécie de descompasso entre a imagem do Brasil (como país desenvolvido e cidades bem estruturadas (possivelmente a imagem que chega pela mídia, sobretudo talvez pelas telenovelas e assim por diante, mas, também, presentes na Embaixadas, onde os estudantes se escrevem para o processo seletivo de estudantes estrangeiros) e a cidade de Redenção, cidade do interior do Ceará, com estrutura ainda deficiente, e sem contar ainda com boas condições para a satisfação da função social da cidade. Isso, em si mesmo, não constitui um problema, já que a UNILAB veio também para o interior para justamente promover a interiorização da oferta de educação pública superior de qualidade. Talvez fosse o caso, contudo, de a universidade apontar, com mais clareza, nas Embaixadas dos países parceiros, essa dimensão de interiorização da universidade (com informação mais clara acerca da realidade estrutural da cidade de Redenção). Também, todos os estudantes afirmam, no que diz respeito à motivação para buscar uma formação superior no Brasil, que o objetivo é construir boa formação acadêmica e profissional/humana para, então, regressar ao seu país e lá contribuir para o seu (do país) desenvolvimento.

No âmbito das dificuldades pedagógicas, os estudantes estrangeiros destacam o Português do Brasil. Ou seja, há uma dificuldade linguística. Ainda que a integração e cooperação internacional promovida pela UNILAB se faça em torno da lusofonia, em alguns países parceiros o Português não é “a língua mais falada” (como é o caso, por exemplo, do *crioulo* em Guiné Bissau e *tétum* em Timor Leste). É como se, nesse sentido, ao se expressar em Português, os estudantes estrangeiros estivessem como que se expressando quase talvez em uma “segunda língua” (*ainda que não-exclusivamente, a existência da moradia estudantil, ao promover a vivência conjunta de estudantes nacionais e internacionais em um mesmo espaço [dividindo apartamento, por exemplo] seria fundamental para fomentar a expressão em língua portuguesa, resolvendo, em parte, e com o tempo, essa dificuldade*). Os estudantes apontam, também, uma espécie de divisão “em grupos” que ocorre em sala de aula. Quando um professor designa, por exemplo, um trabalho em grupo, as nacionalidades tendem a se reunir, e não, por

consequente, compor grupos verdadeiramente integrados entre estudantes nacionais e estudantes internacionais (é como se imperasse uma exclusão de nacionalidade, em vez de uma integração multicultural dessas mesmas nacionalidades; isso, por sua vez, constitui um grande obstáculo para uma cooperação solidária, já que o potencial de aprendizagem e construção de conhecimento entre agentes de múltiplas matrizes culturais não estaria sendo completamente aproveitado em sala de aula) *(uma vez mais, e ainda que não-exclusivamente, a existência da moradia estudantil, ao promover a vivência conjunta, poderia fomentar laços de amizade mais fortes entre estudantes nacionais e internacionais, contribuindo para uma vida intercultural cotidiana que teria reflexos positivos também nas práticas pedagógicas, como a composição espontânea de grupos de trabalhos interculturais em sala de aula)*. Outra dificuldade apontada pelos estudantes, ainda em âmbito pedagógico, diz respeito ao fato de os professores, muitas vezes, abordar o conteúdo das suas disciplinas com exemplos que se referem exclusiva ou fundamentalmente à realidade do Brasil, excluindo, assim, a realidade dos países parceiros, minimizando, por conseguinte, a interculturalidade *(entendemos que essa é uma dificuldade para a qual a existência da moradia estudantil não poderia diretamente contribuir para a resolução; talvez a Pró-Reitoria de Graduação da UNILAB pudesse promover uma formação docente que especificamente alertasse para a necessidade de adaptação do conteúdo da disciplina à realidade dos países parceiros; além disso, uma política mais forte de mobilidade, poderia também fomentar o trânsito de docentes, discentes e servidores em educação aos países parceiros, o que, por sua vez, sensibilizaria esses agentes, por meio das suas vivências, à realidade das culturas e especificidades dos modos de vida que compõem a UNILAB, o que certamente conduziria a reflexos positivos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da UNILAB)*.

No âmbito das dificuldades enfrentadas fora da sala de aula, na interação com a comunidade externa à UNILAB, o espectro de problemas experienciados pelos estudantes estrangeiros é muito mais ampliado, ainda que possam girar em torno, sobretudo, do preconceito étnico-racial e da xenofobia. Os estudantes, em sua grande maioria, relatam casos explícitos de preconceito. Assim, por exemplo, há relato de um estudante que, estando nos Correios de Redenção, esperando por atendimento, escuta o seguinte: *“você tirou a vaga, na Universidade, do meu filho, que é de Redenção”* (o que, claramente, além de constituir expressão de xenofobia, aponta para um desconhecimento explícito, por parte de membros da comunidade de Redenção, do papel (de integração e cooperação internacional) desempenhado pela UNILAB). Ainda outro exemplo de clara xenofobia seria o seguinte: um estudante internacional estava na Lotérica fazendo uma aposta, quando, de repente, escuta: *“jogo é para*

brasileiro. Você não deveria jogar (tentar a sorte) aqui?". Casos de estudantes sentados sozinhos, em ônibus lotado e com pessoas em pé, viajando de Redenção para Fortaleza/Redenção, também foram relatados, enquadrando-se em casos de preconceito étnico-racial e/ou xenofobia. Também, recentemente, uma pessoa de Redenção começou a fazer declarações, na rádio local, que haveria, entre os estudantes da UNILAB, potenciais terroristas, defensores e adoradores do Estado Islâmico. Essa afirmação caiu sob uma estudante em especial, o que, por sua vez, aponta para uma expressão de xenofobia e/ou preconceito étnico-religioso. De um modo geral, os estudantes relatam que é como se *ser negro e africano* despertasse a curiosidade e eles, nesse sentido, tenderiam a se sentir observados, como se estivessem em uma espécie de vitrine, em evidência.

O acima exposto é, como afirmamos, suficiente para indicar que há, na comunidade externa à UNILAB, desconhecimento acerca do propósito e natureza dessa instituição de integração internacional, além, vale dizer, de expressão de preconceito e xenofobia por parte de alguns membros da comunidade. Julgamos que a moradia estudantil não seria, por si só, capaz de resolver esses problemas sociais. Acreditamos que a Universidade, para enfrentar as mais diversas modalidades de preconceito e xenofobia, deveria, cada vez mais, promover ações de extensão que visassem despertar na comunidade um apreço pela multiculturalidade, pelo respeito às diferenças e reconhecimento dos mais diversos modos de vida. Julgamos que esse seria o caminho. Promover, cada vez mais, a integração entre a comunidade acadêmica (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos em educação) e a comunidade externa, o entorno social representado, em especial, por Redenção e Acarape. Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Extensão da UNILAB será fundamental para promover ações que efetivamente possam construir uma ponte entre a universidade e seu contexto externo, mas essa ponte tem que estar baseada na interculturalidade, ou seja, (i) *sem qualquer forma de preconceito (étnico, de gênero, linguístico e/ou comportamental)*, (ii) *sem qualquer pressuposição de superioridade racial* e (iii) *sem exibir qualquer modalidade de exclusão social*.

Outra dificuldade enfrentada pelos estudantes, de modo geral, e pelos estudantes estrangeiros, de modo particular, constitui o crescente aumento do valor do aluguel, sobretudo em Redenção e Acarape. Em virtude da presença da universidade, a especulação imobiliária se instaurou nessas cidades. Assim, os estudantes, com o valor recebido via auxílio moradia, oferecido pela instituição, não conseguem mais alugar casas em Redenção e Acarape. A solução tem sido o aluguel de uma casa por muitos estudantes ao mesmo tempo, para possibilitar o pagamento mensal, o que, contudo, proporciona desconforto, e a não-possibilidade de uma condição de vivência que promova um ambiente favorável às atividades de ensino, pesquisa,

extensão, próprias de quem está cursando um ensino superior. Outra solução que tem sido, de um modo geral, adotada pelos estudantes é o aluguel de casas em cidades vizinhas, como, por exemplo, Antônio Diogo. Mas isso tende a afastar o estudante da instituição, dificultando os estudos e a interação, impedindo, em maior ou menor grau, que uma integração cultural seja de fato alcançada entre os atores que compõem a UNILAB. Além disso, tempo e dinheiro são dispendidos em transporte, o que, também, não constitui o ideal, o que deveria acontecer (*a moradia estudantil seria, nesse sentido, fundamental para proporcionar aos estudantes boas condições de vivência, de presença na universidade, de acesso a bibliotecas, atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, de esporte, de lazer, culturais e assim por diante, e tudo isso é fundamental para que a UNILAB alcance seu propósito de constituir uma universidade residencial (como aparece em suas Diretrizes Gerais) e de integração e cooperação internacional entre os países que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*).

Também, e esse é um problema que vem afetando a comunidade da UNILAB como um todo, com a chegada e funcionamento da universidade em Redenção e Acarape, a violência aumentou. Há casos de assalto, à mão armada, nos arredores dos *campi* da Liberdade (em Redenção) e dos Palmares (em Acarape), a docentes e discentes. *A moradia estudantil poderia contribuir para minimizar esse problema, uma vez que os estudantes, sobretudo dos cursos noturnos da UNILAB, não precisariam se locomover pela cidade, a noite, já que estariam em uma universidade residencial, ou seja, o local de ensino e o local de morar coincidiriam (isso tenderia a dificultar a prática de assalto, proporcionando maior conforto e segurança aos estudantes, de um modo geral, e aos estudantes estrangeiros, de um modo particular)*.

Julgamos, assim, com base no exposto acima, que a finalização, concretização e efetiva entrada em cena da moradia estudantil é fundamental para que a UNILAB venha a lograr êxito em seu ideal de oferecer uma educação superior de qualidade, de construir conhecimento à luz de uma cooperação acadêmica solidária, e promover a integração internacional entre culturas muito distintas entre si, fazendo surgir algo novo, híbrido, com o reconhecimento da face ou da marca dos múltiplos agentes aqui reunidos. Muitos outros problemas institucionais poderiam ser abordados, mas nosso foco esteve centrado nos principais problemas enfrentados pelos estudantes internacionais da UNILAB. Em outras palavras, muito mais poderia ser dito, porém, o que aqui esteve em pauta, indica que a moradia estudantil deveria constituir prioridade para a gestão da UNILAB.

Considerações Finais

Procuramos argumentar, neste trabalho de conclusão de curso, que a moradia estudantil, ou estabelecimento de uma universidade verdadeiramente residencial, constitui condição fundamental para que a UNILAB possa ser exitosa em seu propósito de integração internacional à luz da inclusão de uma perspectiva plural (a interculturalidade) e de uma cooperação solidária, que aproveita ao máximo o potencial de colaboração dos diversos agentes (docentes/discentes e servidores técnico-administrativos em educação) provenientes das mais diversas partes do Brasil e dos Países Parceiros da CPLP. Muitas dificuldades ou problemas, enfrentados, de um modo geral, pelos estudantes e, de modo particular, pelos estudantes internacionais da UNILAB, poderiam ser, parcial ou totalmente, solucionados com a implantação e funcionamento da moradia estudantil (procuramos identificar esses problemas).

Não abordamos, contudo, uma grande dificuldade para nós estudantes internacionais. Vamos aqui mencioná-la. A saudade de casa, da família, dos amigos, da terra que deixamos do outro lado do oceano. Temos que estar aqui, a maioria dos estudantes, durante todo período de formação, que dura aproximadamente cinco anos, sem poder, na maioria dos casos, visitar, nos intervalos de trimestres ou férias, nossas famílias, nossas terras. Isso é muito difícil para nós. Mas viemos para alcançar nossa formação acadêmica e humana e vamos prosperar. Como escreve o poeta, amamos nosso lar (nossa família, nossos amigos, nossa ancestralidade). Desembarcamos no Brasil com os nossos pés (para que possamos concluir nossa formação). Mas, do lado de lá do atlântico, verdadeiramente bate os nossos corações.

ANEXO (ENTREVISTA)

ENTREVISTA COM ESTUDANTES INTERNACIONAIS DA UNILAB NO ÂMBITO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO INTITULADO *INTERCULTURALIDADE E INTEGRAÇÃO* (DOMINGOS MULA CÁ JUNIOR (DISCENTE); RAMON SOUZA CAPELLE DE ANDRADE (ORIENTADOR))

Sexo:

Nacionalidade:

- 1) O que motivou você a buscar uma formação superior (curso de graduação) no Brasil?
- 2) Como você imaginava o Brasil, a Cidade de Redenção e a Unilab antes de você chegar aqui?
- 3) O que você encontrou aqui (no Brasil, em Redenção e na Unilab) foi diferente daquilo que você imaginava? Caso a sua resposta a essa pergunta seja “sim”, você poderia dizer o que se mostrou diferente (tanto positiva quanto negativamente) daquilo que você imaginou?
- 4) Você enfrentou alguma dificuldade, no âmbito do ensino, especificamente por ser um estudante estrangeiro? Caso a sua resposta a essa pergunta seja “sim”, você poderia dizer quais foram essas dificuldades?
- 5) Você enfrentou alguma dificuldade, no âmbito da sua vivência cotidiana (no dia a dia) na Unilab (em espaços outros que não a sala de aula), especificamente por ser um estudante estrangeiro? Caso a sua resposta a essa pergunta seja “sim”, você poderia dizer quais foram essas dificuldades?
- 6) Você enfrentou alguma dificuldade, no âmbito da sua vivência cotidiana em Redenção, Acarape e cidades vizinhas, especificamente por ser um estrangeiro no Brasil? Caso a sua resposta a essa pergunta seja “sim”, você poderia dizer quais foram essas dificuldades?

REFERÊNCIAS

APPIAH, K; A. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Tradução Vera Ribeiro. Revisão de tradução Fernando Rosa Ribeiro. 1ª edição; 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/pec-pg>,

CONFERÊNCIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%A4ncia-e-Cultura/convencao-que-constitui-a-organizacao-das-nacoes-unidas-para-a-educacao-ciencia-e-cultura.html>.

DALCIM, V.L. *A mobilidade dos estudantes universitários: contribuição para o desenvolvimento da interculturalidade*. Universidade de Lisboa (Dissertação), 2011.

DIRETRIZES GERAIS DA UNILAB. Disponível em: http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf.

DU BOIS, W.E.B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

ELUNGU, P.E.A. *Tradição africana e racionalidade moderna*. Lisboa: Pedagogo, 2014.

LEI DE CRIAÇÃO DA UNILAB. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2012/07/lei-12289-criacao-unilab2.pdf>

MOREIRA, A. F; CANDAU, V. M. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Editora Vozes Limitada, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/sobrepnud.aspx>.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/>.